



Canal Energia – 16 Fev 2004

Agentes ainda acreditam na incorporação de mudanças no novo modelo Fim da segregação de mercado para produtores independentes e repasse dos custos dos leilões de ajustes são pontos principais

Além da inclusão da agenda mínima no novo modelo do setor elétrico, os agentes do setor elétrico demonstram preocupação com o período de transição entre os marcos regulatórios. Ninguém ainda critica abertamente a condução do Ministério de Minas e Energia, mas alguns pontos, às vésperas da votação do novo modelo no Senado, prevista para esta terça-feira, dia 17, ainda deixam dúvidas nas cabeças dos executivos.

Como parte da agenda mínima para garantir estabilidade para o setor, os agentes defendem, por exemplo, o fim da segregação de mercado para os produtores independentes que tenham empreendimentos recentes. Este é um dos principais focos das mudanças pleiteadas por entidades como CBIEE, Apine, Abraceel, Abradee e ABCE na lista de mudanças do texto do novo modelo, ao lado do repasse dos custos dos leilões de energia (o regular e o de ajustes), a redução de mercado em caso de racionamento, o descruzamento societário e financiamento da universalização.

"Quem investiu em usinas para competir no mercado não pode ser segregado. Eles têm que ter condições de competir num mercado amplo, em condições de igualdade para não ter seu valor depreciado", analisa Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Energia Elétrica, acreditando ainda em mudanças no texto final do novo modelo.

O presidente da Apine (Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia), Eric Westberg, diz que as usinas privatizadas terão dificuldades para competir no mercado com a realização de leilões com unidades já amortizadas das estatais. "Os investidores pagaram preço cheio na época da compra e precisam recuperar o dinheiro", explica.

Westberg conta que esse é um ponto importante para corrigir no novo modelo do setor elétrico. Ele teme que as usinas fiquem com problema de descontração devido à dificuldade de competir com empreendimentos amortizados. "É preciso avaliar a situação de cada unidade", afirma.

Uma decisão prejudicial aos atuais geradores poderá acarretar na paralisação de máquinas no futuro. A Abrage (Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica), entretanto, afirma que essa possibilidade de desligar algumas hidrelétricas devido à descontração não é uma forma de pressionar o governo para aceitar as considerações dos agentes.

Segundo o presidente da Abrage, Flávio Neiva, essa situação é a evolução do quadro crítico atual. "Em nenhum momento a Abrage ameaçou parar as unidades, mas sem contratação não há viabilidade financeira para operação", afirma. Ele diz que o governo precisa resolver esse problema, antes de pensar em licitar outros empreendimentos.

Neiva discorda da realização de leilões de energia nova antes de encontrar uma solução para a descontração. O Ministério de Minas e Energia acena com a possibilidade de flexibilizar a contratação das unidades em operação por um a quatro anos até equilibrar a oferta e a demanda em 2008. Até o fechamento desta reportagem, a redação não teve o retorno do secretário executivo do MME, Maurício Tolmasquim, para falar sobre o assunto.

O segmento de distribuição não quer só a garantia de repassar para as tarifas os custos dos leilões regulares de energia. A proposta das empresas defende o direito de repasse também dos custos dos leilões de ajustes de mercado. O negócio acontecerá para ajustar as previsões das empresas.

"Este também é um leilão regulado, e por isso, os custos devem ser repassados para as tarifas", comenta Claudio Sales, da CBIEE. Para ele, o não-repasse penalizaria a empresa que não fizer previsão correta. "As empresas não podem correr esse risco de perder", afirma o presidente da entidade, que, ao lado da Apine, Abradee, Abraceel e ABCE, publicou comunicado nesta segunda-feira, dia 16 de fevereiro, alertando para os riscos de aprovar o modelo sem fazer as mudanças que defendem.